

PRESENÇA DE RUI BARBOSA

Fontes de Alencar

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

A figura de Rui Barbosa é referencial da vida brasileira desde antes da Proclamação da República Federativa.

Zacarias de Góes e Vasconcelos, que presidira as Províncias de Piauí (1845-1847), Sergipe (1848-1849) e Paraná (1853-1856), chefiava o Gabinete de 3 de agosto. Os liberais, com o Conselheiro Zacarias à frente do Ministério, permaneceriam no Poder por quase quatro anos. Em julho de 1868, inopinadamente, o Imperador afastava o Ministério. Registra a história que Pedro II cederá à exigência do então Marquês de Caxias que, não obstante um dos líderes do Partido Conservador, já havia cobrado, com êxito, a saída de Angelo Ferraz da pasta da Guerra. Zacarias de Góes e Vasconcelos foi substituído por Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí.

A 16 de julho apresentou-se à Câmara o Gabinete Itaboraí. Do que na Casa se passou nesse dia a escrita elegante de Baptista Pereira dá conta, em *Figuras do Império e outros ensaios*; e põe realço no discurso de José Bonifácio, o Moço.

No mês seguinte, aos treze, na capital da Província de São Paulo, ao político liberal, antigo professor da Faculdade de Direito do Recife que se transferira para a do Largo de São Francisco, foram prestadas homenagens. Então fez Rui Barbosa o seu primeiro pronunciamento político, falando pelos liberais acadêmicos. A sua oração, que contém acérrima análise do instante político, está publicada na *Revista da Língua Portuguesa*, nº 53, de maio de 1928. Do que disse o jovem liberal transcrevo o que se subsegue:

“... a política, essa nobre ciência, que engrandece os Estados constitucionais, degenerou entre nós em arte maquiavélica, em instrumento mesquinho de paixões facciosas: e em vez de se enobrecer com a liberdade, em vez de se identificar com a opinião, tem sido quase sempre uma violação acintosa das nossas instituições representativas, uma traição sistemática à consciência pública, um desafio constante à soberania nacional.”

Somente em 1878 o Partido Liberal seria reerguido ao Poder, com o Gabinete sob a chefia do Visconde de Sinimbu, que também fora Presidente de Sergipe (1841) e, ainda, das províncias de Alagoas (1840) e Rio Grande do Sul (1855).

O movimento abolicionista teve Rui como lutador sem descanso, verdadeiramente o precursor da Lei do Ventre Livre. Em 1870, ano de seu bacharelado em Direito em São Paulo, desafiava os conservadores e entusiasticamente discursava quando da chegada das tropas paulistas da Guerra do Paraguai, pregando a Abolição.

Por isso mesmo, referindo-se à visita que em abril de 1888 fizera à Bahia, pôde relembrar em 1897, ao discursar no Politeama Baiano:

“E eu, no Teatro de S. João, despedindo-me de vós, anunciei-vos a abolição imediata e a federação iminente.

Daí a treze dias a abolição estava consumada. Não por obra da caridade imperial! Não! O consórcio do império com a escravidão, indignadamente denunciado pelo Sr. Joaquim Nabuco, ainda na derradeira fase da propriedade servil, nunca se dissolveu, senão quando a dinastia sentiu roçarem-lhe o peito as baionetas da tropa, e a escravaria em massa tomou a liberdade por suas mãos nos serros livres de S. Paulo. A reumanização da raça negra no Brasil não é um ato de munificência da esposa do conde d’Eu.”

Da imprensa fez arma para o bom combate desde que fundara com Américo de Campos, em 1869, o *Radical Paulistano*, onde escreveria a 25 de junho que o abolimento da escravidão,

“quer o Governo queira quer não queira, há de ser efetuado num futuro próximo”.

Na tribuna forense iniciou em 1871, na Bahia; estréia

“que foi a desafronta da honra de uma inocente filha do povo contra a lascívia opulenta de um mandão”.

Deputado provincial na Bahia em 1878, se ocupa em junho, na tribuna, da liberdade comercial. Pouco depois, no mesmo ano, a velha província já o fazia Deputado Geral. Logo em janeiro seguinte debate com aquele seu mestre de São Paulo, José Bonifácio, a quem dez anos antes, com os seus colegas da Faculdade, homenageara. Sem prejuízo de expressão de respeito ao brioso mestre liberal, sustenta seu ponto de vista. Todavia, no fevereiro subsequente, manifesta-se contra a proposta de Sinimbu sobre a convocação de uma constituinte com poderes limitados para cuidar da reforma eleitoral; ficando no episódio, ao lado de José



Bonifácio, o Moço, que criara para a propositura a expressão *constituente constituída*. A Sinimbu sucedeu José Antonio Saraiva, também liberal. Ao tempo do Gabinete Saraiva, Rui cuidou, na Câmara dos Deputados, do projeto de reforma eleitoral apresentado por Saraiva.

À literatura também voltou sua atenção: de 1881, o *Elogio de Castro Alves*; a versão homométrica do “*Canto Noturno de um Pastor Erradio*,” de Giacomo Leopardi, é de 1884; o estudo sobre Swift, de 1887.

Em 1908, pronunciou na Academia Brasileira de Letras o celebrado *Adeus a Machado de Assis*. No ano seguinte, no idioma do visitante, fez a saudação a Anatole France na mesma Academia, instituição a que presidiu de 1908 a 1918, malgrado tenha pretendido várias vezes exonerar-se da presidência, o que não lho consentiram os pares.

A religião também lhe foi tema: *Liberdade Religiosa*, conferência pronunciada a convite de Saldanha Marinho, no Rio de Janeiro, obteve grande êxito, em 1876; logo depois, publicou a tradução de *O Papa e o Concílio*, do teólogo alemão Johann Joseph Ignaz von Döllinger, acrescido o livro de um prefácio bem maior que a própria obra trasladada.

Arauto do federalismo desde os tempos monárquicos, é ímpar a sua presença na construção do estado federal brasileiro. Recolho, ao propósito, também daquela oração aos baianos, sua voz:

“E, quando a revolução, efeito natural das resistências do imperialismo à bandeira federalista, que eu levantara no congresso liberal, com o apoio de Manoel Vitorino, antes de firmá-la com seis meses de luta dia por dia, no *Diário de Notícias*, quando a revolução veio surpreender nos seus cálculos de eternidade a demência da monarquia, colocado pela fatalidade das circunstâncias entre os organizadores de uma situação, para a qual eu não contribuira senão como os avisos da providência, que adverte, podem contribuir para os desastres da pertinácia, que não escuta — não trepidei em subscrever a segunda alternativa do meu dilema, a federação na república, já que o império não soubera enxergar na primeira a solução amparadora do trono.”

A todas as veras foi ele o cinzelador da primeira constituição republicana. O Professor Silvio Meira, em *Rui Barbosa na Constituição de 1988*, consigna a seguinte observação de indisfarçável tom cáustico:

“Decorrido mais de um século da promulgação da constituição Republicana de 1891, ele parece ainda estar presente no texto que nos rege, muito embora se possa dizer que existe *uma presença* e *uma ausência* de Rui Barbosa na Constituição de 1988. *Presença* em muitos institutos jurídicos

ainda vigentes, embora transformados pelo tempo e *ausência*, lamentável ausência, nas práticas parlamentares.”

Esse estar de Rui na vida nacional é flagrante. Reforma eleitoral, reforma do ensino, projeto do Código Civil, anistia; nada, nada lhe ficou fora de alcance — defesa ou ataque. A imprensa e a tribuna parlamentar lhe foram de valia na luta titânica do seu viver, não restrita ao País que, para a glória nossa, lhe serviu de berço.

Coelho Neto, grandíloquo, panegirizou-o:

“Revolva-se a História, desde as primeiras estratificações seculares, e não se encontrará em tal acervo vida que se compare à desse homem prodigioso que, em tudo, contraria a natureza.

Imenso, é pequenino, como para demonstrar, em argila humana, a verdade do versículo do Livro da Criação, onde reza que “Deus tirou o mundo do nada”.

Tão mesquinho é o invólucro de terra em que flameja o gênio que, ao vê-lo, quando assume em eminências para maravilhar, tem-se a impressão de que é apenas essência.

E por que não diz a imagem com o prestígio? Porque se Deus a houvesse talhado proporcional ao espírito o mundo não a conteria. Modelou-a pelos sacrários que, do tamanho que são, contêm a Onipotência”.

Ciro de Azevedo, bacharel das Arcadas e ativista da pregação republicana, dedicou-se à carreira diplomática, tendo representado o Brasil em várias capitais americanas e européias; e também foi Presidente de Sergipe (1926). Em 1918 encontrava-se na do Uruguai; e então proferiu na Universidade de Montevidéu seis conferências sobre literatura brasileira. Aos quinze de maio, a última; dela, sobre Rui, o que se segue:

“Gran artista de la palabra oral y de la palabra escrita, gloria brasileña por su mucho saber, por su capacidad en el trabajo; gloria de America, cuando en la conferencia de La Haya defendió los derechos de las naciones americanas y el respeto a sus prerrogativas de pueblos civilizados”.

Silvio Romero deixou escrito em sua *História da Literatura Brasileira*, sobre Rui:

“... este tem tantas qualidades, que só se poderia definir, dizendo que é como Vitor Hugo em França, o primeiro talento verbal da nossa raça. Sua prosa tem todas as modulações, todos os tons, todos os aspectos, conforme o assunto e o sentimento da ocasião”.

Quando do seu jubileu cívico em 1918 (tomado como termo inicial o 13 de agosto de 1868, dia daquele seu primeiro pronunciamento político) lhe foram outorgadas homenagens excelsas.

Laudelino Freire, ao ocupar a cadeira nº 10, Patrono Evaristo da Veiga, — fundada por Rui Barbosa, da Academia Brasileira de Letras, em discurso de recipiendário, aludiu àqueles atos comemorativos e enfatizou:

“Todo o povo coroava, no altar da sua admiração, o jubileu de uma existência flamejante, não raro combatida, mas sempre venerada, cheia de lutas, vicissitudes e contrastes, mas só, vivida para simbolizar o bem e a beleza, a justiça e a liberdade, o saber e a glória. Era o Brasil unânime, sem antagonismos nem rivalidades, por suas legítimas soberanias — “a soberania da nação, a soberania da inteligência, a soberania da consciência social e a soberania da verdade eterna” — a divinizar um nome, aclamando-o, entre os esplendores de uma solenidade singular e rara, à face do mundo e com o testemunho de Deus, o do maior dos seus homens.

Dir-se-ia que, no primeiro dia do tríduo memorável, ao celebrar-se no Campo de São Cristóvão a imponente cerimônia religiosa, se consumara afinal o consórcio da grandeza moral da pátria com onipotência espiritual do filho.

Sublime quadro, e talvez único em toda a nossa vida, foi o desse instante!”

A Laudelino Freire sucedeu Oswaldo Orico; a este, Orígenes Lessa; ao último, Ledo Ivo, que em seu discurso de posse teve a sensibilidade voltada para a expatriação do grande brasileiro.

O homem que recolheu tanta admiração dos seus contemporâneos cultos, haveria de criar

“uma auréola lendária, ampliada pela consagração popular à sua figura, que passa a ser o centro de uma construção mítica, geradora de um ciclo que se amplia com o passar das gerações,”

como observou Américo Jacobina Lacombe, e anotou Homero Senna em *Rui e o Imaginário Popular*.

